

Mutual

2021

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2021

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS PAGAMENTOS E COBRANÇA SA
CNPJ 24.285.984/0001-62
NIRE 33.3.0033495-5

Relatório da Administração	3-7
Relatório do auditor independente	8-10
Balanços Patrimoniais	11-12
Demonstração do resultado do exercício	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio	15
Demonstração do fluxo de caixa	16-17
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	18-43

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Mutual Intermediação de Negócios Pagamentos e Cobrança S.A. (“Mutual” ou “Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar como Correspondentes Bancários.

A Mutual é uma fintech brasileira que busca otimizar o custo de crédito para pessoas físicas e jurídicas, desenvolvendo soluções para tomadores de recursos e para investidores usufruírem de melhores resultados financeiros que as oportunidades atualmente disponíveis no mercado.

O setor financeiro brasileiro vem passando por um momento de grandes mudanças relacionadas às tecnologias disruptivas que agilizam e reduzem o custo das transações, melhorando a experiência dos consumidores de produtos financeiros. Na Mutual, perseguimos criar valor através da entrega de uma experiência que encante nossos usuários, investindo continuamente em tecnologia, produtos e atendimento, e utilizando dos avanços tecnológicos que possam ser aplicados na originação e concessão de crédito.

Principais destaques

Os principais fatos que impactaram a performance da Mutual no exercício de 2021 foram:

1. Obtenção de funding para suportar as atividades da Mutual:

A Mutual assegurou recursos para a continuidade de suas operações através da conclusão das tratativas para a venda de parte das ações detidas pela Mutual na subsidiária Combate a Fraude em Agosto de 2021, em valor total de R\$ 21 milhões, com o correspondente pagamento dividido em duas parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 17 milhões originalmente previstos para Ago-2021 e a segunda no valor de R\$ 4 milhões acordados para Julho de 2022. Até Dez-2021 a Companhia ainda não havia recebido a totalidade do valor da primeira parcela, restando naquela data o equivalente a aproximadamente R\$ 5 milhões do valor total acordado de R\$ 17 milhões referente à primeira parcela. A Mutual travou tratativas com o grupo comprador para sanar o atraso no pagamento e alinhou que o valor restante da primeira parcela fosse disponibilizado até o final do 1o. Trimestre de 2022. Como contrapartida para o atraso na liquidação do valor total da Primeira Parcela, a Mutual negociou com os Compradores adiantar o recebimento dos recursos da segunda parcela para data anterior à devida originalmente, que era Julho de 2022. Estes recursos são a principal fonte de capital de giro para a Mutual, visto a empresa apresentar receitas ainda em patamares baixos e o investimento necessário para a execução de seu plano de negócios continuar elevado.

2. Contratações de Profissionais e Desenvolvimento de produtos:

A empresa empreendeu diversas contratações em nível de coordenação e diretoria que visam ao desenvolvimento dos novos produtos e melhoria dos produtos atuais, previstos em seu roadmap: Scora, Mutual Solar (ferramenta para concessão de crédito para painéis solares, Mutual Invest (ferramenta para alocação de investimento) , esteiras de crédito para Pessoa Física e Jurídica, dentre outros.

A Companhia espera que novos produtos como o Scora iniciem operações no decorrer do ano de 2022, bem como que as melhorias empreendidas nos produtos já existentes permitam que os mesmos aumentem a escala das operações progressivamente. A Mutual empreendeu esforços em 2021 para escalar especialmente os times de tecnologia e crédito, de forma a acelerar o desenvolvimento de novos produtos e construir novos motores de crédito e funcionalidades melhores que as já existentes. A Mutual conseguiu contratar pessoas seniores para as áreas de Crédito (Diretor de crédito), finanças (CFO), TI (CTO) e aumentou o número de colaboradores para 105 no início de 2022, ainda que ao final do exercício de 2021 tenha diminuído o ritmo de contratações em virtude das incertezas quanto à disponibilidade de caixa para o aumento de suas operações.

3. Parcerias financeiras para originação de crédito:

A estratégia da Mutual é estabelecer parcerias com fundos de investimentos interessados no investimento em crédito (especialmente FIDCs ou debêntures) e/ou participar da estruturação destes tipos de estruturas de investimento. A estruturação destas parcerias é primordial para a Mutual, visto que o interesse dos investidores em seu marketplace de crédito (Mutual Invest) demonstrado até o momento indica que possivelmente este não atenderá aos níveis desejados para as necessidades de crescimento da Mutual.

Empreendemos muitos esforços para negociar parcerias que propiciem funding para as operações de crédito originadas pela Mutual, muito especialmente para a Mutual Solar (empréstimos para instalação de painéis solares). Porém, ainda seguimos em negociações, o que impactou nossas estimativas para o aumento do volume de operações deste produto.

Iniciamos também esforços para parcerias de funding para Crédito PF e Crédito PJ, inclusive com o oferecimento de nossa ferramenta de concessão de crédito em formato *white-label* para players que possuam funding e base de clientes para quem deseja oferecer crédito, que também se encontram em fase de tratativas, sobre as quais não podemos garantir ainda que teremos sucesso.

4. Aquisição de empresa e de ativos com foco em “Cobrança Digital”: Monest e Sintonia

Adquirimos o controle acionário de uma empresa de cobrança digital e a carteira de clientes de pequena empresa de cobrança tradicional, tendo as negociações sido finalizadas em Fevereiro de 2022. A Monest (da qual adquirimos o controle acionário) e a Sintonia CWTEL (da qual a Monest assimilou a carteira de clientes e alguns colaboradores) são baseadas em Curitiba-PR e eram coligadas, com acionistas em comum. A Monest oferece ferramentas para empresas contratarem serviços de cobrança 100% digitais, e a Sintonia, ainda que uma pequena empresa, possuía décadas de experiência nas atividades de cobrança tradicionais e uma pequena, mas de longa data carteira de clientes focada no setor educacional.

A aquisição da Monest envolveu o pagamento de R\$ 1.071.000 (um milhão e setenta e um mil reais), à vista, por 40% das ações e a obrigação do provimento de empréstimo conversível de até cerca de R\$ 1.222.000 (hum milhão duzentos e vinte e dois mil Reais), que poderá ser convertido em adicionais 18,3% das ações. Em seguida, a própria Monest adquiriu a carteira de cobrança da Sintonia CWTEL. As empresas, de forma consolidada, faturam atualmente o valor de cerca de R\$ 45 mil a R\$ 50 mil por mês, e não se encontram em equilíbrio financeiro, visto que a Monest ainda está desenvolvendo parte de suas ferramentas, com prazo estimado para lançar seu produto no mercado no final de 2022, momento a partir do qual temos expectativa que comece a aumentar sua carteira de clientes.

Além da expectativa de crescimento das empresas - a proposta de valor é ser uma das poucas empresas de cobrança com expertise tanto em ferramentas de “cobrança digital, ideais para PMEs, quanto em serviços de cobrança tradicional, usualmente demandados por grandes empresas - as sinergias entre as atividades da Monest e da Mutual são muitas, visto que existe possibilidade de originação cruzada de clientes: para empresas que pedem crédito na Mutual podem ser oferecidos serviços de cobrança; empresas que buscam serviços de cobrança podem ser oferecidos crédito PJ ou para geração solar; indivíduos que estejam sendo cobrados pela Monest podem ser oferecidos crédito Pessoa Física ou os serviços do Scora, etc. Entretanto, no curto prazo (2022) não temos expectativa de aproveitamento intenso destas sinergias potenciais, pela necessidade de foco de ambas empresas no desenvolvimento de seus respectivos roadmaps. A Monest deve ter necessidade de recursos para suas atividades em valor até adicional ao valor compromissado de empréstimo pela Mutual, o que deverá acontecer ao final de 2022. Apesar de nosso otimismo para com as operações da empresa, não podemos garantir que a Monest terá sucesso em seu plano de negócios ou que conseguirá atingir break-even financeiro, visto que a mesma ainda não possui *market fit* comprovado para seus produtos.

5. Performance financeira pior que a estimada

A performance financeira da Mutual não atingiu as expectativas que tínhamos no começo de 2021, principalmente em função de não gerarmos os volumes de negócios esperados e da necessidade de manter o investimento crescente nos produtos que

possuem considerável potencial de resultados dentro de nossa estratégia.

Apesar da originação de oportunidades de investimento abaixo do esperado em 2021, nossa decisão estratégica é pela continuidade do desenvolvimento integral de nosso portfólio de produtos, pelo mercado potencial que estes produtos significam, mas temos que reforçar que esta estratégia implica na manutenção de investimentos elevados, especialmente na contratação e manutenção de equipes.

Estamos muito engajados em obter sucesso em nossos esforços, mas ressaltamos a perseguição de nosso ambicioso plano de negócios requererá volume de recursos adicionais aos que já temos assegurados no presente momento, e também de conseguirmos atrair *funding* para os títulos de crédito originados por nossas ferramentas (crédito Pessoa Física, crédito Pessoa Jurídica, Mutual Solar, etc).

Posteriormente ao encerramento do exercício de 2021, a Companhia efetuou recompras de ações de suas próprias ações em duas ocasiões, empreendeu mudanças em sua diretoria estatutária, aprovou a aquisição dos ativos e passivos de empresa dedicada à comercialização de energia no segmento de baixa tensão (Desperta Energia), e aprovou aumento do investimento na subsidiária Monest através de um empréstimo potencialmente conversível em ações desta empresa. Estes eventos subsequentes ao exercício de 2021 podem ser resumidos da seguinte maneira:

§ Venda parcial do investimento na Combate a Fraude TI S/A por R\$ 21 milhões, dos quais R\$ 12 milhões foram recebidos através de conversão de mútuos realizados pelos promitentes compradores ainda em 2021 (conforme Nota Explicativa nº 6), R\$ 5 milhões recebido em março de 2022 e R\$ 4 milhões recebidos em novembro de 2022.

§ Recompra de 980.550 ações próprias realizada em março de 2022 no valor de R\$ 11.482.905,92.

§ Cancelamento de 1.963.947 ações em abril de 2022, que se encontravam em tesouraria.

§ Captação de mútuo no valor de R\$ 40 milhões, ainda não concluída em sua totalidade no presente momento, com possibilidade de conversão na totalidade das em ações da empresa Combate à Fraude TI SA (CAF), ainda em propriedade da Companhia. A previsão para disponibilização da totalidade dos recursos é até o final do 1o trimestre de 2023.

§ Recompra de 279.986 ações próprias realizada em Dezembro de 2022 no valor de R\$ 2.105.494,72.

§ Mudanças na diretoria estatutária da Mutual SA, com a substituição do Sr. Victor Oliveira Fernandes pelo Sr. Paulo Barreiros.

§ Aprovação de investimento adicional na subsidiária Monest no valor de até R\$ 1 milhão, a ser despendido a partir do final de 2022.

§ Aquisição dos ativos e passivos da empresa Desperta Energia, dedicada à comercialização de energia no segmento de baixa tensão, visando complementar as soluções da Mutual voltadas para otimizar o mercado de energia brasileiro.

Destinação de resultados e distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas na lei.

Desta forma, considerando o estágio das atividades da Companhia e visando assegurar a continuidade e a sustentabilidade econômico financeira da Mutual, pautada em seus objetivos estratégicos e operacionais, a administração, em ata de reunião de Conselho na data de 30/01/2023, decidiu propor a destinação do resultado relativo ao exercício de 2021 (Saldo de Lucro Acumulado em 31/12/2021 de R\$ 17.596.818,02) da seguinte forma:

- R\$ 4.179.244,28 como dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% da base de dividendos;
- R\$ 879.840,90 como reserva legal;
- R\$ 12.537.732,84 como reserva de lucro.

Farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas titulares de ações ordinárias inscritos nos registros da Companhia na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que apreciará a proposta da administração.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e investidores pela confiança e contribuições ao nosso crescimento e aos colaboradores pelo contínuo empenho.

Diretoria Executiva

Marciliano José Naves de Freitas Azevedo
Diretor Executivo

Paulo Cesar Alves Barreiros
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Darryl Clayton Green
Diego Rondon Borin
Marciliano José Naves de Freitas Azevedo
Sylvia Camarinha

Relatório do auditor independente

Aos

Administradores e Acionistas

Mutual Intermediação de Negócios, Pagamentos e Cobrança S.A.

Rio de Janeiro -RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Mutual Intermediação de Negócios, Pagamentos e Cobrança S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mutual Intermediação de Negócios, Pagamentos e Cobrança S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia se encontra em fase inicial de suas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O sucesso das operações futuras depende do alcance das projeções de resultado elaboradas pela Administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro de seus acionistas. A Administração da Companhia, baseada em suas análises de viabilidade econômica e financeira, acredita que os resultados futuros serão suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos que estão sendo realizados. Nossa opinião não contém modificação em relação a este assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe
- incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Monika Marielle Du Mont Collyer
Contador CRC 1 RJ 091300/O-6

Balanços Patrimoniais

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo			
	Nota	12/31/2021	12/31/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.369	1.664
Contas a receber		-	4
Adiantamentos		2	3
Créditos com partes relacionadas	5	12	-
Ativo disponível para venda	6	37.110	-
		41.493	1.671
Realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	5	2.779	1.041
Depósitos judiciais	11	8	4
		2.787	1.045
Permanente			
Imobilizado	7	162	172
Intangível		700	473
		862	645
		3.649	1.690
Total do Ativo		45.142	3.361

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota	12/31/2021	12/31/2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	100	661
Obrigações trabalhistas	9	85	101
Impostos a recolher	10	168	18
Contas a pagar		-	15
Adiantamento para venda de investimentos	6	12.000	-
Dividendos a Pagar	12	4.179	-
		16.532	795

Não Circulante

Empréstimos e financiamentos	8	121	261
		<u>121</u>	<u>261</u>

Patrimônio Líquido

Capital Social	12	15.071	6.544
AFAC		-	7.907
Reservas de lucro (Prejuízos acumulados)		13.418	(12.146)
		<u>28.489</u>	<u>2.305</u>

Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>45.142</u>	<u>3.361</u>
--	--	----------------------	---------------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado do exercício

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de Venda	13	317	1.063
Custo dos Serviços Vendidos	14	(1.811)	(951)
Resultado Bruto		(1.494)	112
Despesas Operacionais			
Despesas Comerciais	14	(453)	(941)
Despesas com Pessoal	14	(632)	(890)
Gerais e Administrativas	14	(2.681)	(3.381)
Despesas Patrimoniais	14	(283)	(255)
Outras Despesas Operacionais	14	(4)	(282)
Ajuste a Valor Justo	6	36.027	-
		31.974	(5.749)
Resultado antes do efeito financeiro		30.480	(5.637)
Resultado Financeiro Líquido			
Receitas Financeiras	15	68	94
Despesas Financeiras	15	(764)	199
		(696)	293
Resultado antes do IR e CS		29.784	(5.344)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(41)	(8)
Resultado do exercício		29.743	(5.352)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Resultado do Exercício		29.743	(5.352)
Outros Resultado Abrangentes		-	-
Resultado Líquido do Exercício		29.743	(5.352)
Total de ações	12.1	3.957.994	3.546.400
Resultado por ação (em Reais)		R\$ 7,51	-R\$ 1,51

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social Líquido

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	AFAC	Reserva Legal	Reservas para Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		20	5.347	-	-	(6.794)	(1.427)
Aumento de Capital	12.1	6.524	(5.350)	-	-	-	1.174
Aporte de Capital	12.2	-	7.910	-	-	-	7.910
Resultado do Exercício	12.3	-	-	-	-	(5.352)	(5.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		6.544	7.907	-	-	(12.146)	2.305
Aumento de Capital	12.1	7.907	(7.907)	-	-	-	-
Aporte de Capital	12.2	620	-	-	-	-	620
Resultado do Exercício	12.3	-	-	-	-	29.743	29.743
Reserva Legal	12.3	-	-	880	-	(880)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.3	-	-	-	-	(4.179)	(4.179)
Retenção para distribuição futura	12.3	-	-	-	12.538	(12.538)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		15.071	-	880	12.538	-	28.489

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do fluxo de caixa

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Resultado antes dos impostos		29.784	(5.344)
Ajustes dos itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	7	267	188
Baixa de Imobilizado	7,15	-	7
Venda de Imobilizado	15	-	(8)
Juros sobre empréstimos	8	10	2
Juros sobre mútuos passivos	8	720	(302)
Variação monetária sobre mútuos	8	11	55
Juros sobre mútuos ativos	6	(12)	(22)
Perda com operações de crédito	15	4	282
Ajuste a Valor Justo	5	(36.027)	-
Resultado reconciliado		(5.243)	(5.142)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Contas a receber		4	(4)
Contas a pagar		(15)	45
Obrigações trabalhistas		(15)	50
Depósitos Judiciais		(4)	(2)
IRPJ e CSLL		(29)	(8)
Demais impostos		138	(20)
		79	61
Caixa líquido consumido proveniente das atividades operacionais		(5.164)	(5.081)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		-	-
Adições de Imobilizado e Intangível	7	(484)	(51)
Recebido pela alienação de imobilizado	7	-	8
Concessão de mútuos	5	(418)	(1.368)
Recebimentos de mútuos	5	1.183	352
Contas pagas de coligadas	5	(2.507)	-
Compra de investimento	6	(1.083)	-

Adiantamento pela venda de investimento	6	12.000	-
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades de investimento		8.691	(1.059)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	8	-	234
Pagamento de empréstimos	8	(87)	-
Captação de mútuo	8	1.259	1.657
Pagamento de mútuo	8	(1.994)	(2.523)
Aporte de capital	12.1	-	7.910
Caixa líquido consumido (gerado) proveniente das atividades de financiamento		(822)	7.278
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.705	1.138
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades no início do exercício	4	1.664	526
Disponibilidades no final do exercício	4	4.369	1.664
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.705	1.138

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Mutual Intermediação de Negócios, Pagamentos e Cobrança Ltda., transformada em S.A. em julho de 2020, é uma fintech de empréstimos que funciona como um marketplace entre investidores, instituições financeiras e tomadores de crédito.

Fundada em 26 de fevereiro de 2016, tendo como objetivo principal desburocratizar e tornar mais barato o acesso ao crédito por tomadores de empréstimos e o acesso ao investimento em crédito privado por investidores.

A Companhia busca a automação de vários procedimentos do processo de concessão e intermediação de empréstimos e investimentos em suas plataformas através de técnicas de machine learning e inteligência artificial, aliados ao uso do maior número de dados relevantes provenientes de bureaus de créditos e outras formas alternativas.

A Companhia lançou no ano de 2022 os produtos Mutual Solar e Scora que vinham sendo desenvolvidos e testados desde 2021. Para estes objetivos, a Companhia constituiu empresas com o intuito de vendê-las e, em 31 de dezembro de 2021, já se encontra em negociação para a venda dos investimentos disponíveis para venda. O sucesso das operações futuras depende do alcance das projeções de resultado elaboradas pela administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas.

1.1. Impacto pandemia COVID-19

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus Covid-19, assim como as reações dos mercados em razão da possível retomada do aquecimento da economia. Não foram observadas até a data da apresentação das demonstrações contábeis impactos relevantes nas principais áreas de atuação da Companhia. A Administração entende que a estratégia de negócio, prudente e sólida, permitiu à Companhia avançar em diversas frentes e, até a data da apresentação das demonstrações contábeis, não foram identificados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, de forma significativa e suas premissas de negócios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Companhia em 28 de dezembro de 2022.

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas alterações, os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Milhares de Reais (R\$ mil) e arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir: Tais práticas estão de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Regime de escrituração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Foi adotado o Regime de Competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para

instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- § **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- § **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- § **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

3.3.2. Desreconhecimento

a. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A

Companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

b. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4. Outros ativos circulantes

Registra os adiantamentos pagos a fornecedores nacionais e do exterior, as compras para entrega futura e os adiantamentos concedidos a funcionários, relativos a salários, férias, décimo terceiro salário, vale-transporte, viagens.

3.5. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes disponíveis para venda são ativos que a Companhia irá recuperar seus benefícios por meio de alienação, sendo que nesse grupo se engloba também as controladas adquiridas exclusivamente para revenda.

Como política, em conformidade com os objetivos da Companhia em construir produtos e soluções para o mercado de crédito, os investimentos realizados neste sentido são ativos que desde sua inicialização são considerados ativos não circulantes disponíveis para venda.

Adicionalmente, as alienações dos ativos não circulantes disponíveis para venda ocorrerão de acordo com o ciclo de desenvolvimento e operacionalização de cada ativo, e sua prospecção realizada nos diversos

fóruns nacionais e internacionais de investimentos em empresas do segmento.

3.6. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação (Nota Explicativa nº 7).

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Administração efetua anualmente a análise de seus ativos e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos. Além disso, revisou a vida útil dos bens e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas permanecem adequadas, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

3.7. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

As licenças de software são reconhecidas pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao

valor recuperável, quando aplicável. Esses custos são amortizados durante sua vida estimável de cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

As obrigações trabalhistas e previdenciárias referem-se a valores de encargos sobre folha de pagamento, todos com recolhimento no mês subsequente.

São registrados todos os tributos e contribuições a recolher originados no decurso normal das atividades da Companhia.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um

ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.11. Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são compostas pelos adiantamentos recebidos de clientes nacionais e do exterior, lucros e dividendos a pagar, processos em curso a pagar circulantes, faturamento para entrega futura, mercadorias e produtos de terceiros em poder do estabelecimento, e, no não circulante, são registrados os mútuos a partes relacionadas.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

As despesas relativas a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3.15. Novas normas e interpretações

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	01/01/2022
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinidamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de caixa e equivalente de caixa são assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	66	494
Cédulas de Crédito Bancário do Banco Fidúcia ^(b)	881	170
Cédulas de Depósito Bancário do Itaú S/A ^(a)	3.422	1.000
Total	4.369	1.664

(a) Cédulas de Depósito Bancário do Itaú S/A, com rentabilidade atrelada ao CDI e com liquidez imediata;

(b) Cédulas de Crédito Bancário do Banco Fidúcia de tomadores Pessoas Físicas e Jurídicas, cedidas por meio do aplicativo Mutual, com amortização mensal e com liquidez imediata.

5. Créditos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de créditos com partes relacionadas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Mútuo Combate à Fraude ^(a)	-	850

Mútuo Hust ^(b)	66	177
A receber - Plataforma Mutual ^(c)	111	14
Mútuo Philipe Fernandes ^(d)	6	-
Mútuo Ana Clara Costa Ferrari ^(d)	4	-
Mútuo Marciliano José Naves ^(e)	32	-
Scora Tecnologia Ltda. ^(g)	725	-
Monest Cobrança S.A. ^(f)	65	-
Combate à Fraude TI S.A. ^(h)	138	-
Mutual Solar Ltda. ^(g)	1.644	-
Total	2.791	1.041
Curto Prazo	12	-
Longo Prazo	2.779	1.041

- (a) Contrato de empréstimo de até um milhão de Reais com a possibilidade de conversão em capital, de 3,64% do capital da Companhia (juros de 170% SELIC - contrato em Reais) caso não haja o pagamento em até 48 meses, a contar da data da primeira transferência ocorrida em maio de 2019;
- (b) Contrato de empréstimo de R\$500 com finalidade exclusiva para aquisição de CCBs através da plataforma Mutual;
- (c) Saldo a receber da Plataforma Mutual pelo recolhimento do IRRF sobre os rendimentos pagos aos investidores Pessoa Jurídica e não debitado;
- (d) Empréstimos a funcionários da Companhia;
- (e) Contrato de mútuo com diretores da Companhia;
- (f) Contrato de mútuo com empresas investidas pela Companhia;
- (g) Saldo a receber referente a contas da Scora e Mutual Solar pagas pela Companhia. Conforme contrato entre as partes, o saldo em aberto no limite de R\$ 6 milhões com a Scora e R\$ 9 milhões com a Mutual Solar, será futuramente convertidos em aumento de capital das respectivas empresas;
- (h) Conta corrente entre as empresas referente a despesas da CAF pagas pela Companhia.

As movimentações dos saldos de créditos com partes relacionadas em 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
		

Saldo Inicial	1.041	285
Concessão de mútuo e empréstimos	418	1.368
Juros sobre mútuos e empréstimos	12	22
Contas pagas de coligadas	2.507	-
Amortizações de mútuos	(1.183)	(352)
Perdas com operações de crédito	(4)	(282)
Saldo Final	2.791	1.041

6. Ativo disponível para venda

Em 2021 a Companhia constituiu as Companhias Scora Tecnologia Ltda. (“Scora”), Mutual Solar Ltda. (“Solar”) e Combate à Fraude TI S/A (“CAF”) e adquiriu ações da Monest Cobrança S/A (“Monest”) com o objetivo de negociar e venda das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de investimentos disponíveis para venda é assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Combate a Fraude Tecnologia da Informação S/A (“CAF”) ^(a)	36.028	-
Monest Cobrança S/A (“Monest”) ^(b)	1.071	-
Mutual Solar Ltda. (“Solar”) ^(b)	10	-
Scora Tecnologia Ltda. (“Scora”) ^(b)	1	-
Total	37.110	-

A movimentação dos saldos de investimentos disponíveis para venda em 2021 está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo Inicial	-	-

Compra de ações (b)	1.083	-
Ajuste a valor justo ^(a)	36.027	-
Saldo Final	37.110	-

- (a) O saldo de 31 de dezembro de 2021 está valorizado ao valor provável de venda com base em negociações em andamento para a negociação das ações da CAF pelo valor de R\$ 36 milhões, para os quais a Companhia já recebeu um adiantamento no valor de R\$12 milhões;
- (b) Sendo este o ano de aquisição/constituição as investidas estão mensuradas a custo.

Segue no quadro abaixo a participação nas investidas:

	31/12/2021	31/12/2020
Combate a Fraude Tecnologia da Informação S/A (“CAF”)	57,3%	-
Monest Cobrança S/A (“Monest”)	40,0%	-
Mutual Solar Ltda. (“Solar”)	99,8%	-
Scora Tecnologia Ltda. (“Scora”)	99,8%	-

7. Imobilizado e Intangível

A movimentação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia em 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Imobilizado				Intangível			
	Instalações e Benfeitorias	Hardwares	Móveis e Utensílios	Total Imobilizado	Softwares Próprios ^(a)	Softwares Adquiridos	Marcas e Patentes	Total Intangível
Vida útil estimada	20 anos	5 anos	10 anos		5 anos	5 anos		

Custo Histórico	70	70	25	165	738	93	-	831
Depr./A mort. Acum.	-	(13)	(1)	(14)	(183)	(10)	-	(193)
Saldo em 31/12/2019	70	57	24	151	555	83	-	638
Adições	29	19	3	51	-	-	-	-
Depr./A mort.	(3)	(17)	(3)	(23)	(148)	(19)	-	(165)
Baixa Custo	-	(10)	-	(10)	-	-	-	-
Baixa Depr./Amort.	-	3	-	3	-	-	-	-
Custo Histórico	99	79	28	206	738	93	-	831
Depr./A mort. Acum.	(3)	(27)	(4)	(34)	(331)	(29)	-	(358)
Saldo em 31/12/2020	96	52	24	172	407	64	-	473
Adições	-	37	-	37	444	-	3	447
Depr./A mort.	(8)	(34)	(5)	(47)	(184)	(36)	-	(220)
Custo Histórico	99	116	28	243	1.182	93	3	1.278
Depr./A mort. Acum.	(11)	(61)	(9)	(81)	(515)	(65)	-	(578)
Saldo em 31/12/2021	88	55	19	162	667	28	3	700

- (a) Compreende os ativos gerados internamente pela Companhia para a formação do seu acervo tecnológico. A amortização dos ativos considerados de vida útil definida ocorre de forma linear, baseada em taxas de amortização que levam em conta a avaliação feita pela Administração dos aspectos técnico, tecnológico e comercial, para se estabelecer o tempo de obsolescência para cada produto desenvolvido.

7.1. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício.

8. Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de empréstimos e financiamentos são assim compostos:

	Taxa	Venc.	31/12/2021	31/12/2020
PRONAMPE ^(a)	Selic +0,1035%a.m +1,25%a.a.	Jul/23	160	237
Future View Limited ^(b)	0,5% a.m	Mar/21	-	424
Fabício Spiazzi Sanfelice ^(c)	IPCA + 6,0% a.a.	Dez/22	-	166
Graeme Baker ^(d)	3,0% a.a.	Jun/20	-	95
Helvio João Sanfelice ^(e)	2,0% a.m	Ago/24	61	-
			221	922
Curto Prazo			100	661
Longo Prazo			121	261

- (a) Linha de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) sem garantia, para auxiliar no desenvolvimento e fortalecimento do seu negócio e apoiá-lo no enfrentamento dos impactos causados pela COVID-19. Contrato não apresenta cláusulas de *covenants* e não constituem defasagem com garantias;
- (b) Contrato de mútuo com possibilidade de conversão em capital, em 2021 foi parcialmente convertido em ações pelo valor de capital de R\$ 460, corresponde a 1,27% do capital da Companhia (contrato em Reais);
- (c) Contrato de mútuo com a possibilidade de conversão em capital, em 2021 foi parcialmente convertido em ações pelo valor de capital de R\$ 160, corresponde a 5,56% do capital da Companhia (contrato em Reais);

- (d) Contrato de mútuo com a possibilidade de conversão em capital, em 2020 foi parcialmente convertido em ações pelo valor de capital de R\$ 52, corresponde a 1,87% do capital da Companhia (juros simples - contrato em Libras Esterlinas);
- (e) Contrato de mútuo com juros 2% a.m. (contrato em Reais).

As movimentações dos saldos de empréstimos e financiamentos em 2021 e 2020 e cronogramas de amortização estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Saldo Inicial	922	2.973
Captção de empréstimos	-	234
Captção de mútuo	1.259	1.657
Juros e encargos sobre empréstimos	10	2
Juros e encargos sobre mútuos	720	(302)
Variação monetária sobre mútuos	11	55
Amortizações de empréstimos	(87)	-
Amortizações de mútuos	(1.994)	(2.523)
Convertido em ações	(620)	(1.174)
Saldo Final	221	922
2021	-	661
2022	100	210
2023	60	51
2024	61	-

9. Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de obrigações trabalhistas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Folha de pagamento	34	38
Provisão de férias	34	48
INSS a recolher	12	9
FGTS a recolher	2	3
IRRF sobre folha a recolher	3	3
Total	85	101

10. Impostos a recolher

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de obrigações tributárias são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a recolher	12	-
PIS e COFINS a recolher	1	-
ISS a recolher	1	2
Impostos retidos de terceiros a recolher	154	16
Total	168	18

11. Contingências

A Administração, com base na opinião legal de seus assessores legais, declara não ter conhecimento em 31 de dezembro de 2021, de processos judiciais ou administrativos que possam trazer impactos às suas operações e às demonstrações contábeis ora apresentadas.

Adicionalmente, a Companhia possui um processo de natureza cível, cujo risco de perda foi classificado por seu assessor jurídico externo como possível no montante de R\$ 52.043 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia realizou depósitos judiciais referentes à causa em andamento que totalizam em 31 de dezembro de 2021 R\$8 (R\$4 em 31 de dezembro de 2020).

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Na data de 09 de julho de 2020, foi aprovada a transformação da Mutual em uma Sociedade Anônima - S.A., ocasionando a conversão das cotas em ações para os seus respectivos acionistas.

Em 2020, em virtude do desdobramento das ações e dos aumentos, o capital social da Companhia passou de R\$20 para R\$6.544, divididos em 3.546.400 ações nominativas sem valor nominal, sendo 3.014.400 ações ordinárias e 532.000 ações preferenciais sem direito a voto.

Em 16 de abril de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$8.527 totalmente integralizado, mediante a emissão de 411.594 novas ações ordinárias passando o capital social para R\$15.071, dividido em 3.957.994 ações nominativas sem valor nominal, sendo 3.425.994 ações ordinárias e 532.000 ações preferenciais sem direito a voto.

	31/12/2021	31/12/2020
Ações ordinárias	3.425.994	3.014.400
Ações preferenciais	532.000	532.000
Total de ações	3.957.994	3.546.400
Capital Social	15.071	6.544

12.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

O saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital da Companhia era assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Future View Limit	-	7.446
Eqseed - Investidores Pessoa Física	-	461
Total	-	7.907

12.3. Destinação do Resultado

Segue no quadro abaixo a destinação do resultado em 2021 e 2020:

	2021	2020
Prejuízos acumulados no início do exercício	(12.146)	6.794
Resultado do exercício	29.743	(5.352)
Base para cálculo de reserva	17.597	(12.146)
 Reserva legal	 (880)	 -
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	16.717	(12.146)
 Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	 (4.179)	 -
 Reserva para distribuição futura (Prejuízos acumulados)	 12.538	 (12.146)

13. Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia em 2021 e 2020 são assim compostas:

	2021	2020
Receita de correspondente bancário ^(a)	316	966
Receita com taxas	34	181
Receita Bruta	350	1.147
PIS e COFINS	(13)	(16)
ISS	(16)	(26)
Devoluções	(4)	(42)
Deduções de venda	(33)	(84)
Total da Receita Operacional Líquida	317	1.063

(a) Receita de correspondente bancário na indicação e cadastro de novos tomadores de crédito em instituições financeiras parceiras.

A redução na receita operacional da Companhia é resultado da descontinuidade das operações de empréstimo pessoal sem garantia (PF Clean) e de empréstimo a empresas sem garantia (PJ Clean) em função da grave crise financeira pós-pandemia e, do consequente redirecionamento da estratégia da Companhia para os produtos Mutual Solar e Scora.

14. Custos e despesas operacionais

Os gastos operacionais da Companhia em 2021 e 2020 são assim compostos:

2021	2020
------	------

Salários e Ordenados	(338)	(412)
Pró-Labores	(36)	(53)
Comissão a Funcionários	(1)	(13)
Férias e 13º Salário	(24)	(96)
Benefícios a Funcionários	(235)	(204)
INSS Patronal	(102)	(87)
FGTS	(30)	(30)
Suporte e Monitoramento de Softwares	(836)	-
Gastos com Ferramentas Tecnológicas	(475)	(466)
Licença de Uso de Softwares	(10)	-
Depreciação e Amortização	(267)	(188)
Bens de Natureza Permanente	(14)	(22)
Manutenção e Reparo	(3)	(23)
Aluguel de Imóveis	-	(14)
IPTU	-	(9)
Gastos de ocupação e utilidades	(55)	(70)
Deslocamento, Viagens e Estadias	(55)	(47)
Contabilidade e Auditoria	(105)	(107)
Assessoria e Consultoria	(186)	(15)
Honorários Advocatícios	(268)	(88)
Marketing e Imprensa	(431)	(928)
Perda com operações de crédito	(4)	(282)
Resultado na alienação de imobilizado	-	1
Multas	-	27
Outros custos na prestação de serviços	(828)	(951)
Outros Serviços de Terceiros	(1.465)	(2.497)
Outros gastos com pessoal	(6)	(9)
Outras Taxas	(63)	(47)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(27)	(16)

Custos e despesas operacionais	(5.864)	(6.700)
Custo dos Serviços Vendidos	(1.811)	(951)
Despesas Comerciais	(453)	(941)
Despesas com Pessoal	(632)	(890)
Gerais e Administrativas	(2.681)	(3.381)
Despesas Patrimoniais	(283)	(255)
Outras Despesas Operacionais	(4)	(282)

Os custos dos serviços prestados são despesas diretamente relacionadas à prestação dos serviços de correspondente bancário, gestão de contratos e outras linhas de negócio. Os custos são registrados no regime de competência.

15. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia em 2021 e 2020 são assim compostas:

	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	56	60
Juros sobre mútuos ativos	12	22
Impostos sobre rendimentos	-	(3)
Descontos financeiros	-	15
Receitas financeiras	68	94
Juros e sobre empréstimos	(10)	(2)
Juros sobre mútuos passivos ^(a)	(720)	302
Imposto sobre operações financeiras	(11)	(37)
Atualização monetária passiva	(11)	(55)

Mora sobre pagamentos e recolhimentos	(10)	(5)
Despesas bancárias	(2)	(4)
Despesas financeiras	(764)	199
Resultado financeiro líquido	(696)	293

- (a) Em 2020 a despesa de juros sobre mútuos encerrou o exercício positiva em virtude do estorno dos juros apropriados dos contratos de mútuo com cláusula de conversão em capital, conforme Nota Explicativa nº 12, cujo direito de conversão em capital do valor principal sem juros foi exercido.

16. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, a seu valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- § **Caixa e bancos:** estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- § **Créditos concedidos a terceiros:** estão apresentados pelo valor justo, sendo os valores das contraprestações corrigidos com juros incorridos.
- § **Empréstimos e financiamentos:** estão apresentados pelo valor justo, sendo os valores das contraprestações corrigidos com juros incorridos.
- § **Derivativos:** em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- § Risco de crédito;
- § Risco de liquidez;
- § Risco de mercado.

As informações a seguir apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

16.1. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

§ **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte de seus clientes.

§ **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

§ **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos e perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

16.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

As declarações de Imposto de Renda apresentadas durante os dois últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

A Companhia não possui transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Partes relacionadas

Partes relacionadas são as entidades pertencentes ao Grupo a qual a Companhia faz parte, os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Atualmente a Companhia possui transações com partes relacionadas com as Empresas Mutual Solar Ltda., Combate à Fraude TI S/A, Scora Tecnologia Ltda. e Monest Cobrança S/A na modalidade de créditos concedidos (conforme Nota Explicativa n° 5) e investimentos (conforme Nota Explicativa n° 6). Além de transações com partes relacionadas com as pessoas físicas Fabrício Spiazzi Sanfelice na modalidade de captação de mútuo (conforme Nota Explicativa n° 8) e Marciliano José Naves e Ana Clara Costa na modalidade de a modalidade de créditos concedidos (conforme Nota Explicativa n° 5).

18. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía nenhum contrato de seguros de qualquer natureza para seus ativos.

19. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- § Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);
- § Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Até a conclusão deste relatório ocorreram os seguintes eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2021 significativos para divulgação nas demonstrações contábeis do exercício:

- § Venda parcial do investimento na Combate a Fraude TI S/A por R\$ 21 milhões, dos quais R\$ 12 milhões foram recebidos através de conversão de mútuos realizados pelos promitentes compradores ainda em 2021 (conforme Nota Explicativa nº 6), R\$ 5 milhões recebido em março de 2022 e R\$ 4 milhões recebidos em novembro de 2022.
- § Recompra de 980.550 ações próprias realizada em março de 2022 no valor de R\$ 11.482.905,92.
- § Cancelamento de 1.963.947 ações em abril de 2022, que se encontravam em tesouraria.
- § Captação de mútuo no valor de R\$ 40 milhões com possibilidade de conversão em ações da empresa Combate à Fraude TI SA (CAF).

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2022.